

Nº 004/2025

A Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3945 de 2016, Lei Complementar nº 57 de 2019, e Resolução CONSEMA nº 193 de 2022, com base no processo de licenciamento ambiental nº 50.076/2025 e parecer técnico nº 39/2025, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO à:

1. EMPREENDEDOR

Nome: COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES QUATRO ILHAS LTDA.
Endereço: Rua José Alves Cabral, nº 405, Nova Esperança
CEP: 88.336-030 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
CPF / CNPJ: 57.037.084/0001-55

2. PARA ATIVIDADE DE

Atividade: 42.32.00 – Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos revendedores, postos flutuantes e instalações de sistema retalhista
Empreendimento: POSTO QUATRO ILHAS
Porte: Pequeno
Potencial Poluidor Geral: Médio

3. LOCALIZADA EM

Endereço: Rua José Alves Cabral, nº 405, Nova Esperança
DIC: 27774
CEP: 88.336-030 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
Coordenada Plana (UTM - SIRGAS 2000): (X): 737.146,25 – (Y): 7.008.320.90

4. DA VIABILIDADE E INSTALAÇÃO

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, **autoriza a instalação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

5. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- 5.1. Nome do Empreendimento: Posto Quatro Ilhas
- 5.2. Zoneamento Urbano: ZACC-IV - Zona de Ambiente Construído de Densidade Controlada.
- 5.3. Área total do terreno: 58.898,60 m².
- 5.4. Descrição: Trata-se de um comércio de combustíveis composto por uma pista de abastecimento coberta, duas lojas (conveniência e comercial), com volume de tancagem de 60 m³ de combustíveis líquidos (sendo dois tanques bipartidos). A área de tancagem possuirá piso impermeabilizado feito em concreto armado, com direcionamento para o Sistema Separador Água e Óleo (SSAO). O empreendimento será implantado em uma área de 2.000,00 m² e possuirá 603,00 m² de área total construída.
- 5.5. Necessidade de supressão vegetal: Não
- 5.6. Drenagem pluvial: Atendido pela rede pública de drenagem pluvial.
- 5.7. Efluentes sanitários: Atendido pela rede pública de coleta e tratamento de esgoto.
- 5.8. Resíduos Sólidos: Atendido pela empresa concessionária de coleta de resíduos sólidos do Município.
- 5.9. Abastecimento de água: Atendido pela rede de abastecimento pública.
- 5.10. O empreendimento prevê atividade de terraplanagem.

6. PROGRAMAS AMBIENTAIS

- 6.1. PGRCC – Projeto de gerenciamento de resíduos da construção civil
- 6.2. PGRS - Programa de gerenciamento de resíduos sólidos
- 6.3. PAE - Plano de Ação Emergencial
- 6.4. Programa de incentivo à redução do consumo de água
- 6.5. Programa de monitoramento do solo e águas subterrâneas
- 6.6. Projeto de Arborização Urbana

7. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

7.1. ART nº 10029029-1

Responsável técnico: Gustavo Rohden Echelmeier (CREA-SC 109834-7)

Atividades: Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC (elaboração), Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (elaboração)

7.2. ART nº 9606580-9

Responsável técnico: Lucas Rocha Silva (CREA-SC 199892-0)

Atividades: Hidrogeologia – poço de monitoramento aquífero (projeto)

7.3. RRT nº 15076328

Responsável técnico: Manuela Rohden da Silva (Registro nº 00A317233)

Atividades: Projeto de Arborização Urbana

7.4. ART nº 9617035-3

Responsável técnico: Manoel Miranda Filho (CREA-SC 031574-1)

Atividades: Edificação de Alvenaria (projeto), Sistema de Combate a Incêndio e Pânico (projeto), Sistema de Proteção à Descarga Atmosférica (projeto), Rede Hidrossanitária (projeto), Sistema Separados Água e Óleo (projeto), Terraplanagem (projeto), Drenagem (projeto), Canteiro de Obra (projeto), Sinalização de Segurança (projeto), Serviço Topográfico (projeto)

7.5. ART nº 1720252106958

Responsável técnico: Redinaldo Simi dos Santos (CREA-PR 65312)

Atividades: Plano de Ação Emergencial - PAE (Elaboração)

8. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS E CONDICIONANTES

8.1. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação – LAO, nos termos da Instrução Normativa nº 01 do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, durante o período de vigência da LAI.

8.2. A Licença Ambiental viabiliza a instalação do empreendimento quanto aos aspectos ambientais e não dispensa nem substitui Alvarás, Autorizações e/ou Certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal.

8.3. O empreendedor é o responsável pelo cumprimento das condições específicas e condicionantes dispostas na Licença Ambiental, devendo ser mantida cópia deste documento no local durante a instalação da atividade, sendo imprescindível que todos os profissionais envolvidos no empreendimento tenham conhecimento do exposto neste documento.

8.4. A presente licença não autoriza a supressão de vegetação nativa.

8.5. Quanto à movimentação de solos:

8.5.1. Áreas de empréstimo ou depósito de RSCC Classe A deverão ser devidamente licenciadas.

8.5.2. As atividades deverão ser executadas de forma a minimizar o lançamento de materiais particulados, adotando as medidas de controle necessárias e devidamente supervisionadas por responsável técnico, incluindo o uso de aspersão de água quando necessário.

8.6. Quanto aos resíduos sólidos:

8.6.1. O Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) deverá ser mantido com acompanhamento de responsável técnico durante toda a validade da Licença Ambiental, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

8.6.2. Os resíduos da construção civil gerados durante a implantação da atividade deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações, sendo corretamente segregados e destinados.

8.6.3. Deverão ser implantados locais específicos de separação dos resíduos gerados durante todas as fases da obra de implantação, até sua destinação final, conforme NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT.

8.6.4. Resíduos perigosos deverão ser armazenados em local com piso impermeável, cobertura e dispositivo de contenção.

8.6.5. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

8.6.6. Todos os profissionais direta ou indiretamente ligados ao manuseio de resíduos deverão ser submetidos a treinamento e capacitação.

8.7. Quanto ao abastecimento de água:

8.7.1. O abastecimento de água será realizado pela EMASA.

8.7.2. A presente licença não autoriza a perfuração ou utilização de poços para captação de água.

8.8. Quanto aos efluentes líquidos:

8.8.1. No canteiro de obras, os efluentes deverão ser encaminhados à rede coletora da EMASA..

8.8.2. Os efluentes provenientes da lavagem dos equipamentos da obra deverão ser direcionados à caixa de retenção de sólidos e reaproveitados, somente podendo ser lançados na rede de drenagem após adequada decantação e desde que não contaminados.

8.8.3. A lavagem de materiais contaminados deverá ser realizada em tanques isolados, devendo seus resíduos (sólidos e líquidos) ser posteriormente destinados a empresas licenciadas.

8.8.4. A rede hidrossanitária deverá ser instalada conforme projetos aprovados, sendo os efluentes sanitários gerados na fase de operação encaminhados para a rede coletora da EMASA.

8.8.5. Deverão ser instaladas caixas de retenção de gordura para todos os ambientes que possuem pias de cozinha ou que produzam efluentes com gordura, previamente a sua ligação à rede coleta de esgotos.

8.8.6. Deverá ser instalado sistema de canaletas direcionadas ao SSAO em volta de toda a pista de abastecimento.

8.8.7. O Sistema Separador de Água e Óleo (SSAO) deverá ser instalado conforme NBR 14605.

8.8.8. Após a passagem pelo SSAO, o efluente deverá ser descartado na rede de esgoto sanitário da EMASA.

8.9. Quanto à drenagem pluvial:

8.9.1. O sistema de drenagem pluvial deverá ser instalado conforme projeto aprovado pela Prefeitura.

8.9.2. O reservatório de reuso deverá ser instalado conforme projetos aprovados.

8.10. Quanto à arborização:

8.10.1. O empreendedor deverá executar projeto de arborização urbana no prazo de validade desta licença, com apresentação de relatórios semestrais.

8.10.2 O projeto prevê o plantio de 04 (quatro) exemplares, dentre os quais: Uvaia (*Erythroxylum argentinum*) e Pata de Vaca (*Bauhinia forficata*).

8.11. Quanto à fauna:

8.11.1. Havendo necessidade de resgate/realocação da fauna, este deverá ser realizado sob orientação e acompanhamento técnico de profissional habilitado.

8.12. Quanto à prevenção de poluição:

8.12.1. O empreendedor deverá executar e manter todos os programas ambientais propostos.

8.12.2. Os equipamentos que compõem os sistemas destinados ao armazenamento e distribuição de combustíveis (tanques, linhas e acessórios) devem obrigatoriamente ser certificados pelo INMETRO.

8.12.3. Os serviços de montagem e instalação de equipamentos para os sistemas destinados ao armazenamento e distribuição de combustíveis devem obrigatoriamente ser executados por empresa detentora de Certificado de Conformidade.

8.12.4. Os poços de monitoramento devem ser instalados em no mínimo 04 (quatro) pontos do terreno, sendo obrigatoriamente 01 (um) a montante de potenciais áreas fontes de contaminação (tancagem, filtro de diesel, unidades de abastecimento, etc.), com relação ao sentido de fluxo das águas subterrâneas.

8.12.5. Os poços de monitoramento deverão ser instalados e desenvolvidos de acordo com as normas NBR 15495-1 e NBR 15495-2.

8.12.6. Os tanques de armazenamento deverão ser jaquetados de parede dupla, constituídos com duas paredes e espaço intersticial, sendo a parede interna construída em aço-carbono e a externa em material não metálico, conforme NBR 13785 e NBR 13312.

8.12.7. A instalação dos tanques subterrâneos deve ser realizada conforme NBR 13781.

8.12.8. O sistema de armazenamento subterrâneo de combustíveis deve ser instalado conforme NBR 13783.

8.12.9. Deverão ser instalados sensores para monitoramento das paredes dos tanques de armazenamento.

8.12.10. Deverão ser instalados equipamentos de redução de emissões de hidrocarbonetos nos suspiros dos tanques subterrâneos de combustíveis.

8.12.11. Deverão ser instalados equipamentos e sistemas subterrâneos de armazenamento e distribuição de combustíveis conforme NBR 13786.

8.12.12. Deverão ser instalados equipamentos de monitoramento ambiental que permitam a captura automática das informações ambientais.

8.12.13. As atividades deverão ser executadas de forma a minimizar o lançamento de materiais particulados (poeiras, gases), adotando as medidas de controle necessárias e devidamente supervisionadas por responsável técnico, incluindo o uso de aspersão de água quando necessário.

8.12.14. Caso ocorram vazamentos no solo, o solo contaminado deverá ser removido e armazenado temporariamente em recipiente fechado de uso específico, devendo ser destinado de maneira ambientalmente correta.

8.12.15. Deverá ser realizada a limpeza dos pneus na saída dos canteiros de obras.

8.12.16. Deverão ser respeitados os horários de pressão sonora estabelecidos pela Lei Municipal 2377/2004.

8.12.17. A ocorrência de quaisquer acidentes ou vazamentos deverá ser comunicada imediatamente ao órgão ambiental competente.

8.13. Deverão ser apresentados, **até o dia 31 de agosto de cada ano**, durante toda a fase de instalação, relatórios técnicos de controle e acompanhamento do cumprimento das condições específicas e condicionantes da licença ambiental. Os relatórios deverão conter, no mínimo: I) Cópias dos Manifestos de Transporte de Resíduos e Rejeitos – MTR e dos Certificados de Destinação Final – CDF; II) Cópias dos relatórios periódicos de execução dos planos e programas propostos; III) Cópia das ARTs dos profissionais responsáveis pela execução dos planos e programas propostos; IV) Cópia das licenças ambientais vigentes das empresas responsáveis pela coleta, transporte e destinação final dos resíduos gerados; V) Cópia dos relatórios semestrais de execução e acompanhamento do Projeto de Arborização Urbana; VI) Relatório Fotográfico do cumprimento das condicionantes; VIII) Outros documentos comprobatórios pertinentes.

8.14. Deverá ser afixada no local da obra, e mantida em boas condições durante toda a fase de implantação do empreendimento, placa alusiva à licença ambiental, contendo minimamente as seguintes informações: Nome/Razão social do empreendedor, CNPJ, atividade, responsável técnico, número da licença ambiental, número do processo e o prazo de validade da licença.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEMAM.

9.2. A SEMAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;

A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;

Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

9.3. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual nº 14.675/09, artigo 42.

9.4. Retificações e recursos administrativos relativos à presente licença devem ser encaminhados à SEMAM no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

10. CONDIÇÕES PARA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (LAO)

10.1. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação – LAO conforme Instrução Normativa Nº 01 do IMA, juntamente aos documentos listados abaixo:

10.2. Relatório técnico de controle, acompanhado de registro fotográfico, apresentando o efetivo cumprimento dos planos e programas propostos no licenciamento ambiental e das condições específicas da LAI.

10.3. Relatório contendo resumo da movimentação de resíduos sólidos da construção civil, emitidos pelo Sistema MTR do IMA – Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina.

10.4. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para Operação do empreendimento, acompanhado da respectiva ART do profissional responsável por sua elaboração.

PRAZO DE VALIDADE

(48) meses, a contar da data da assinatura.

Declaro que as informações constantes nesta Licença são verdadeiras e autênticas.

Balneário Camboriú,	20	agosto	2025
Local	dia	Mês	Ano

Nelson de Oliveira
Secretário de Meio Ambiente
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

OBSERVAÇÕES

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Esta licença não autoriza a operação do empreendimento.

V. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAI.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada SEMAM sob pena de o empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0087-3E90-2A46-10FE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



NELSON DE OLIVEIRA (CPF 589.XXX.XXX-72) em 20/08/2025 15:30:14 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/0087-3E90-2A46-10FE>